

[REDACTED]

**AO SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE
COMPRAS E LICITAÇÕES DE RONDÔNIA**

Ref: PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.209/2024 -
SUPEL/RO

[REDACTED], pessoa jurídica de direito privado,
inscrita no CNPJ sob o nº [REDACTED] com sede à [REDACTED]
[REDACTED], representada neste ato
pelo sócio [REDACTED], brasileiro, solteiro, empresário, portador do
Documento de Identidade nº [REDACTED], inscrito no CPF sob o nº
[REDACTED], residente e domiciliado na [REDACTED],
[REDACTED],
[REDACTED], vem, à presença de Vossa Senhoria, apresentar


IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

em face do **ESTADO DE RONDÔNIA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita
no CNPJ sob o nº 00.394.585/0001-71, com sede na Av. Farquar, nº 2986 - Bairro
Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Edifício Rio Jamari, curvo 3, 1º andar, CEP: 76801-
470, Porto Velho/RO, representada pelo Governador **MARCOS ROCHA** pelos
motivos que passa a expor e, ao final, requerer.

I. DOS FATOS

Cabe mencionar que a empresa [REDACTED], tomou
conhecimento acerca abertura do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.209/2024 -
SUPEL/RO, a ser realizado no dia 11 de setembro de 2024, às 12h00min, cujo objeto

[REDACTED]



é o registro de preços para eventual contratação de empresa de engenharia consultiva para o gerenciamento de obras, projetos e convênios da Secretaria Estadual de Obras e Serviços Públicos – SEOSP do estado de Rondônia, conforme especificações constantes do Projeto Básico, por meio de publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia no dia 22/08/2024 - Nº 157.

II. DA IMPOSSIBILIDADE DO USO DA MODALIDADE DE PREGÃO.

De início cabe consignar que a Lei nº 10.520/02, instituiu, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, a modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns.


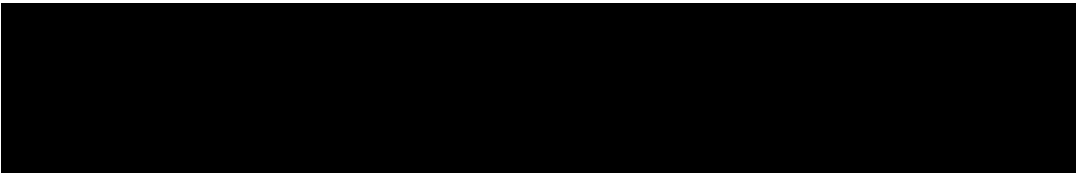
A Lei nº 10.520/2002 dispôs:

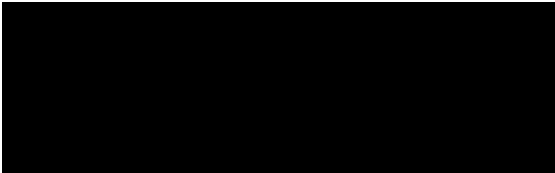
Art. 1º Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade de pregão, que será regida por esta Lei.

Parágrafo único. Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Nesses termos, verifica-se que a Lei nº 10.520/02, **condiciona o uso da modalidade Pregão somente aos bens e serviços comuns, sem excluir previamente quaisquer espécies de serviços e contratações.**

Ocorre que os serviços de engenharia são as atividades de planejamento ou projeto, em geral, de regiões, zonas, cidades, obras, estruturas, transportes, explorações de recursos naturais e desenvolvimento da produção industrial e agropecuária, estudos, projetos, análises, avaliações, vistorias, perícias, pareceres e divulgação técnica, ensino, pesquisa, experimentação, e ensaios, fiscalização de obras e serviços técnicos, direção de obras e serviços técnicos, execução de obras e serviços






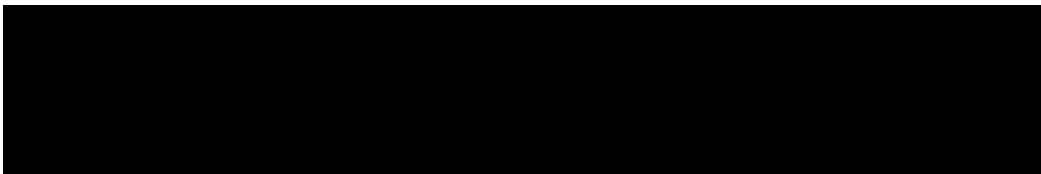
técnicos, produção técnica especializada, industrial ou agropecuária, conforme disciplina o art. 7º da Lei nº 5.194/66.

O Pregão Presencial nº 90.209/2024 – SUPEL/RO, ao caracterizar os serviços objeto daquela licitação como serviços comuns de engenharia, deixa de levar em conta as próprias especificações contidas no Projeto Básico do certame, o que veda o uso da modalidade de pregão. No entanto, o parágrafo único do art. 29 da Lei nº 14.133 faz a seguinte ressalva:

O pregão não se aplica às contratações de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual e de obras e serviços de engenharia, exceto os serviços de engenharia de que trata a alínea 'a' do inciso XXI do caput do artigo 6º desta Lei.

O Tribunal de Contas da União, julgando tema correlato entendeu que:

REPRESENTAÇÃO. **SERVIÇOS DE ENGENHARIA.** MODALIDADE LICITATÓRIA INADEQUADA. PROVIMENTO CAUTELAR. ÓTIVA DA REPRESENTADA. JUSTIFICATIVAS INSUFICIENTES PARA ELIDIR A IRREGULARIDADE. PROCEDÊNCIA. DETERMINAÇÕES. ANULAÇÃO DO CERTAME. ARQUIVAMENTO. 1. **O pregão não deverá ser utilizado para a contratação de serviços de natureza predominantemente intelectual**, assim considerados aqueles que podem apresentar diferentes metodologias, tecnologias e níveis de desempenho e qualidade, sendo necessário avaliar as vantagens e desvantagens de cada solução. 2. **Se o projeto ou estudo a ser elaborado por um profissional ou empresa for similar ao que vier a ser desenvolvido por outro (a), o serviço pode ser caracterizado como comum.** Caso contrário, se a similaridade dos produtos a serem entregues não puder ser assegurada, o objeto licitado não se enquadra na categoria de comum. 3. É possível a existência de soluções distintas para o objeto licitado, mas a consequência advinda da diferença entre elas não deverá ser significativa para o ente público que adota o pregão. Se, no entanto, os serviços comportarem variações de execução relevantes, a





técnica a ser empregada pelos licitantes merecerá a devida pontuação no certame

(TCU 03395820106, Relator: JOSÉ JORGE, Data de Julgamento: 16/03/2011)

=====

DENÚNCIA. POSSÍVEIS IRREGULARIDADES OCORRIDAS NAS ÁREAS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS E DE GESTÃO DE PESSOAS DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. CONHECIMENTO. DILIGÊNCIAS. OÍTIVAS. AUDIÊNCIAS. CONSTATAÇÃO DE SOBREPREGO EM CONTRATO DE GERENCIAMENTO DAS OBRAS DE PREPARAÇÃO DO TERRENO E CONSTRUÇÃO DA INFRAESTRUTURA, URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÕES FINALÍSTICAS E DE APOIO DO COMPLEXO DOS INSTITUTOS NACIONAIS DE SAÚDE.

São considerados serviços comuns, tornando **viável a utilização do pregão para sua contratação, os serviços de gerenciamento de obras, desde que possuam padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos no edital de licitação, por meio de especificações usuais no mercado.**


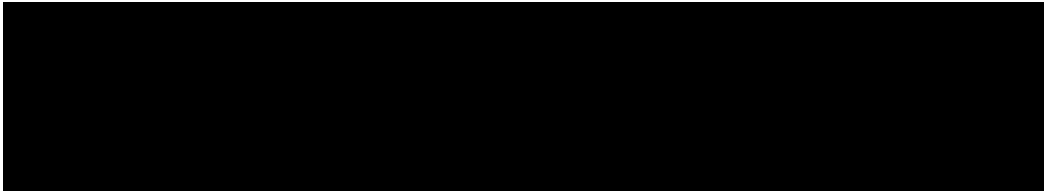
(TCU 02816620140, Relator: BENJAMIN ZYMLER, Data de Julgamento: 09/12/2015)


Logo, resta claro que os serviços objeto do PREGÃO ELETRÔNICO nº 90.209/2024 - SUPEL/RO, tem de ser devidamente caracterizados como serviços comuns de engenharia.

a. DA COMPLEXIDADE DOS OBJETOS DO CERTAME.

É importante destacar ainda a composição do referido certame, tendo em vista que se trata de gerenciamento de natureza complexa da demanda.

Consoante enunciado no Tribunal de Contas da União, a utilização de Pregão é inadequada para a contratação de serviços técnicos especializados de




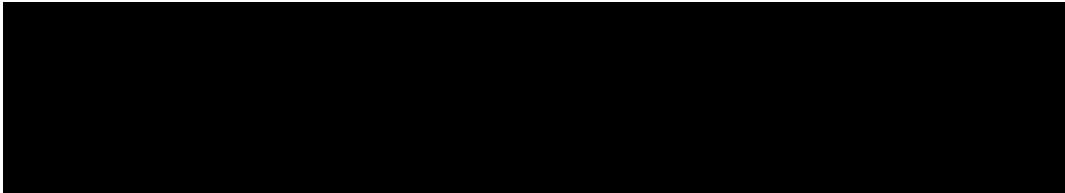


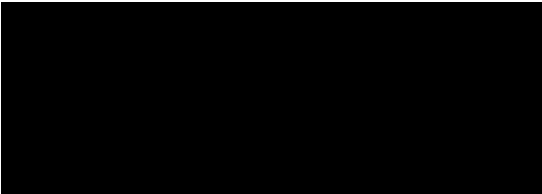
fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras, quando considerados de alta complexidade.

Frente a tal posicionamento, enfatiza-se em análise editalícia, que é possível verificar projetos em andamentos como:

- (i) Construção de Infraestrutura Turística - Parque do Buriti, Localizado na Rua Salvo da Paixão Batista, processo referência nº 0069.253744/2021-73;
- (ii) Construção de Porto com Orla no Distrito de Porto Murtinho, processo referência nº 0009.506313/2019-13;
- (iii) Construção do Prédio Público - Centro Político Administrativo no Município de Cacoal – RO, processo referência nº 0009.536307/2019-82;
- (iv) Construção do Centro de Treinamento na Nunes Associação Esportiva de Cacoal – NAECE, processo referência nº 0069.002261/2023-74;
- (v) Ampliação e melhorias do Sistema de abastecimento De Jaru/RO.

Destaca-se ainda, que o processo licitatório versa sobre serviço de engenharia consultiva realizado em mais de **60 cidades do Estado de Rondônia**, perpassando uma extensa lista de serviços a serem prestados que enquadram projetos em andamento e de demandas futuras que unitariamente ultrapassam a casa dos milhões de reais, conforme abaixo:





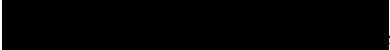

Execução de rede de distribuição e de 1.250 Ligações Domiciliares.		
5	Ampliação e Melhorias do SES de Guajará-Mirim projeto ora proposto contempla a execução Rede Coletora nas Bacias 01 e 02 em PVC DEFOFO JE ou PEAD com DN 100 a 400 mm e em PVC PRFV com DN 500 a 600 mm, execução ligações domiciliares em tubo PVC esgoto predial (branco) DN 100 mm (compr médio 8,00 m), da casa até o TIL condominial, junta elástica, incluindo fornecimento e assentamento de tubos, conexões, TIL condominial e movimento de terra, ampliação da Estação Elevatória 01 01, construção da Estação Elevatória 02 Melhoria da ETE	R\$ 226.767.812,35
6	Ampliação e Melhorias do SAA de Colorado do Oeste O projeto ora proposto contempla a ampliação da Captação/Estação Elevatória de Água Bruta, através da instalação motobombas centrífuga, reforma e Melhorias da Estação de Tratamento de Água existente, Construção de Reservatório Semienterrado em concreto armado, melhoria da Estação Elevatória de Água Tratada com a instalação do Centro de Controle dos Motores, etc.	R\$ 16.425.128,10
7	Implantação do SES de Colorado do Oeste O projeto ora proposto contempla a Execução de Rede Coletora nas Bacias 01, 02 e 03 em PVC DEFOFO JE ou PEAD com DN 100 a 400 mm, execução de 4.487 ligações domiciliares em tubo PVC esgoto predial (branco) DN100 mm, execução de Linha de Recalque em PVC DEFOFO JE ou PEAD com DN 100 a 250 mm, construção de 03 Estações Elevatórias, construção de lagoas anaeróbias e facultativa (ETE), execução de Emissário em PVC DEFOFO JE com DN 400 mm.	R\$ 166.849.245,57

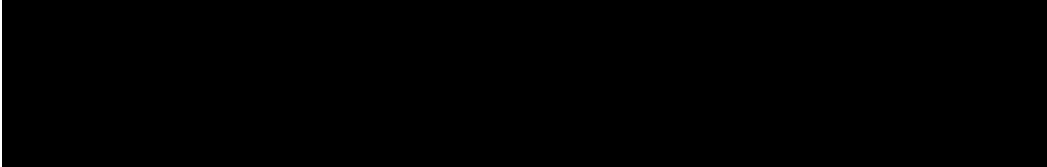

Nesse sentido, considerando a legislação suscitada e enunciados do Tribunal de Contas da União, uma vez que requerem capacidade técnica, padrões de desempenho e qualidade que não podem ser objetivamente definidos no edital, não é possível caracterizar os itens elencados como serviços comuns de engenharia, tendo em vista o elevado grau de complexidade inerente a itens como os destacados.

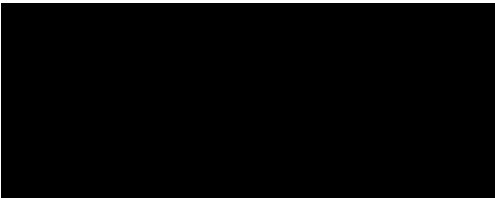
III. DOS PEDIDOS

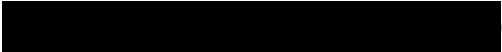
Diante do exposto, requer-se:

a) que seja alterada a modalidade de licitação, considerando que a modalidade pregão não se aplica ao objeto do edital, **por não se tratar de serviços comuns de engenharia** e pela inaplicabilidade da Lei nº 10.520/2002.

Por fim, requer que todas as notificações, publicações e intimações referentes ao feito sejam dirigidas aos advogados constantes na procuração e substabelecimento, endereço eletrônico , com escritório profissional localizado na 



, Manaus/AM, sob pena de nulidade dos atos
posteriores à juntada do instrumento procuratório.

Termos em que,
Pede deferimento.

Manaus/AM, 06 de setembro de 2024.


ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO


BRUNO DA CUNHA MOREIRA